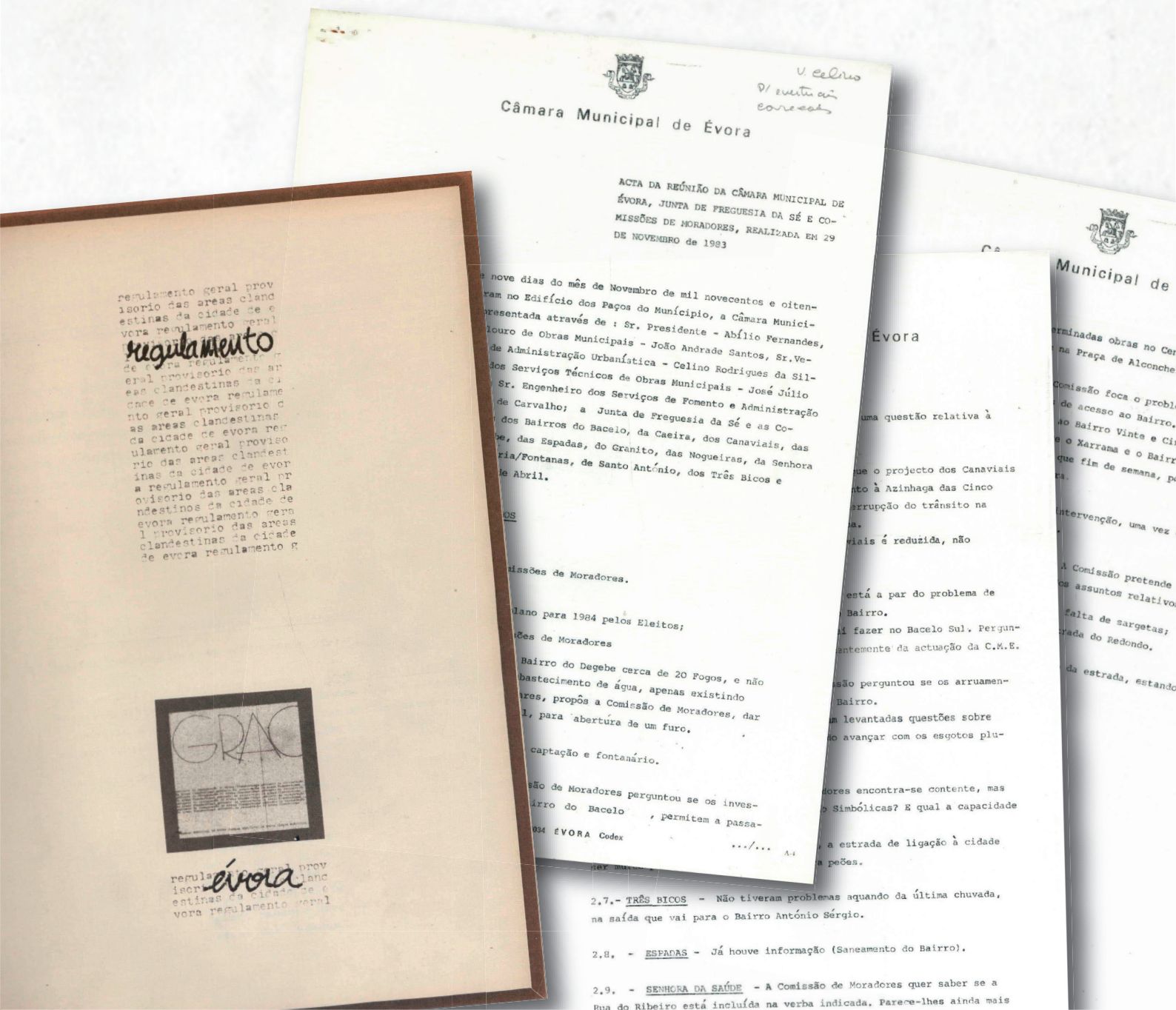




# "As Comissões de Moradores em Évora"



## AS COMISSÕES DE MORADORES EM ÉVORA

### **Évora antes do 25 de abril**

A cidade de Évora, de resto como a generalidade do concelho, chega a 1974 com graves carências urbanísticas e habitacionais de que os 29 bairros de génese ilegal fortemente sub-infraestruturados e dispersos um pouco por todo o lado, as deficientes condições habitacionais de muitos dos fogos do C. Histórico e das freguesias, e a falta de oferta pública de habitação para as famílias mais carenciadas eram de gritante evidência. Recorde-se que desses 29 bairros habitados por 15 000 habitantes (1/3 da população da cidade) 20 não tinham qualquer estudo urbanístico 13 não dispunham de redes de água e 18 de redes de esgotos e de que das 13 povoações rurais 5 não dispunham de redes de água e de esgoto e todas as restantes não tinham cobertura integral e só uma detinha uma ETAR.

Tal situação era resultante de um parque habitacional concelhio degradado maioritariamente de arrendamento a baixo custo, da falta de resposta tanto pública como privada de solos urbanizados para construção relativamente a uma sempre crescente procura, da inexistência de habitação social pública para as famílias mais desfavorecidas e de uma insuficiente capacidade das redes gerais de infraestruturas públicas existentes fossem elas de acessibilidades, de abastecimento de água (recordem-se as permanentes falhas desta que então se viviam), de tratamento de esgotos, de energia e iluminação pública.

### **Évora Pós 25 de abril**

Não admira pois que, com o novo respirar democrático vivido então pelas populações e instituições, se tenha assistido em Évora a um forte surto de reivindicações sociais urbanas, de resto como por todo o país, assumidas maioritariamente de forma coletiva auto-organizada e de que as chamadas Comissões de Moradores foram o exemplo mais marcante.

Não admira pois também que, com a abertura democrática das próprias instituições e dada a dimensão dos problemas e das reivindicações a resolver, as novas estruturas autárquicas de cariz democrático, primeiro a chamada Comissão Administrativa e após 76 as Camaras Municipais eleitas e os respetivos partidos, tenham fortemente incentivado o aparecimento de tais estruturas como forma de melhor ver enquadrados os anseios das populações e nelas antevendo os interlocutores adequados para o encontrar dos melhores caminhos de resolução dessas efetivas carências urbanas e habitacionais.

### **Comissões de Moradores**

Foi através das Comissões de Moradores que a população se uniu, lutou para a resolução dos problemas, fortalecendo a união e a organização. Foi mesmo concebido na altura um órgão de comunicação do movimento através do qual se trocavam experiências, se debatiam problemas, se criavam iniciativas, se mobilizavam e se contribuía para o êxito das vitórias populares. Não por acaso o primeiro Boletim das Comissões de Moradores da cidade de Évora então editado, pugnava” *pelo direito à habitação, pela união das comissões de moradores, pela resolução dos problemas dos bairros e freguesias e pelo socialismo*”.

Foram tempos heroicos e voluntariosos em que perante a necessidade de respostas urgentes, as populações organizadas nas comissões de moradores e conscientes dos problemas com os quais a edilidade se confrontava, emprestavam o seu contributo voluntário de mão de obra, cedendo a Câmara os materiais, máquinas e apoio técnico e contabilizando essas horas voluntárias para futura dedução nos encargos de urbanização a serem pagos aquando das legalizações de lotes e habitações. Tais ações traduziram-se na construção de redes de águas e esgotos e melhoria de traçados e pavimentos de arruamentos em diferentes locais do concelho.

A autarquia encarou sempre como parceiros privilegiados as comissões de moradores não só para a execução de muitas dessas obras mais urgentes mas também para a elaboração dos planos de ordenamento e legalização dos então chamados bairros clandestinos para os quais criou um gabinete específico o GRAC, Gabinete de Recuperação de Áreas Clandestinas.

Já na década de 80 essas parcerias continuaram no âmbito dos desempenhos respeitantes à dinamização sócio cultural dos bairros incentivando e apoiando a criação de edifícios sede para as Comissões e levando-as a institucionalizarem-se em Associações que lhes permitissem acesso a apoios financeiros públicos para tal, cedendo-lhes terreno e elaborando projetos tipo e apoio técnico e materiais para as construções. Mais uma vez quase sempre postas de pé através do trabalho voluntário das respetivas populações e da recolha de fundos através de festas populares organizadas pelas próprias Comissões.

Esses edifícios denominados Centros de Convívio são hoje seguramente peças fundamentais das vivências dos respetivos bairros recebendo no seu interior e nas suas envolvências manifestações sociais, culturais, desportivas, escolares, etc.

Os bairros de origem clandestina passaram a fazer parte integrante da cidade. Um a um passaram a ser dotados de água, esgotos e eletricidade, arruamentos pavimentados pequenos largos e jardins, parques desportivos e Infantis, centros de convívio, lares para a terceira idade creches e jardins de infância. Todos para tal foram cobertos por planos de pormenor e de alvarás de loteamento que permitiram aos respetivos proprietários e residentes regularizar a situação jurídica de lotes e construções.

Foi um longo percurso que a todos nos deve deixar orgulhosos.